

**PANDEMIA, DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO BRASILEIRA:  
a invisibilidade dos estudantes de regiões rurais**

**PANDEMIA, DESIGUALDADES Y EDUCACIÓN BRASILEIRA:  
la invisibilidad de los estudiantes de las regiones rurales**

**Alexsandra Costa Silva**

Mestra em Educação – PPGE/UFG - 2021  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7378-4990>  
E-mail: [sandraufg1@gmail.com](mailto:sandraufg1@gmail.com)

**Resumo**

O presente artigo apresenta resultado de pesquisa realizada no interior do estado do Tocantins e que se guiou pelo problema investigativo: *Como foi o acesso à escolarização para estudantes do Ensino Fundamental da zona rural de um município do interior do Tocantins no contexto da pandemia?* A escola, *lócus* da pesquisa, é urbana, entretanto os estudantes eram residentes na zona rural e usuários do transporte escolar. A pesquisa teve por objetivo compreender o acesso de estudantes da zona rural ao ensino fundamental remoto em tempos de pandemia na realidade de uma escola urbana do estado do Tocantins e, assim, compreender a visão dos sujeitos e analisar as situações de vulnerabilidade no tocante a questão escolar em contexto pandêmico. Nesta pesquisa qualitativa, metodologicamente foram utilizados diário de campo, entrevistas e revisão de literatura. A pesquisa identifica a invisibilidade dos estudantes de regiões rurais e a ausência de políticas públicas efetivas no ápice da pandemia, bem como pouca orientação e apoio aos docentes e discentes no tocante as questões educacionais.

**Palavras-chave:** Educação. Pandemia. Desigualdades. Escola.

**Resumen**

Este artículo presenta los resultados de una investigación realizada en el interior del estado de Tocantins y que tuvo como objetivo el problema investigativo: *¿Cómo fue el acceso a la escolarización de los estudiantes de educación básica de la zona rural de un municipio del interior de Tocantins en el contexto de la pandemia?* La escuela lugar de la investigación es urbana, sin embargo los estudiantes eran residentes de zonas rurales y usuarios del transporte escolar. La investigación tuvo como objetivo comprender el acceso de estudiantes de zonas rurales a la educación primaria remota en tiempos de pandemia en la realidad de una escuela urbana en el estado de Tocantins y, así, comprender las miradas de los sujetos y analizar situaciones de vulnerabilidad frente al tema escolar. en un contexto de pandemia. En esta

investigación cualitativa se utilizó metodológicamente diarios de campo, entrevistas y revisiones de literatura. La investigación identifica la invisibilidad de los estudiantes de las regiones rurales y la ausencia de políticas públicas efectivas en el momento álgido de la pandemia, así como la poca orientación y apoyo a docentes y estudiantes en materia educativa.

**Palabras clave:** Educación. Pandemia. Desigualdades. Escuela.

## Introdução

A pandemia em 2019 representou muitos impactos na humanidade e modificou a organização do cotidiano de diferentes segmentos sociais. As mudanças geradas motivaram variados estudos que servem para compreendermos os fatos, as mudanças e os retrocessos que a humanidade vem enfrentando. Este estudo, por sua vez, lança um olhar para onde há pouco ou nenhum interesse institucional ou midiático, porém que carece de socorro e visibilidade urgente, que é a parte rural do país em um estado da região norte do Brasil. O objetivo geral foi investigar o acesso de estudantes da zona rural ao ensino fundamental remoto em tempos de pandemia na realidade de uma escola urbana do estado do Tocantins. A região investigada, é, portanto, uma representação concreta da realidade rural do resto do país, e isso, caracteriza-se como uma das justificativas para este estudo que conduz e motiva a ampla reflexão em viés educacional.

O foco de interesse deste artigo está voltado aos principais aspectos revelados ao longo da pesquisa, pela necessidade de síntese que este espaço requer. No entanto, a análise do estudo envolve características importantes, como a visão dos sujeitos, a descritividade dos espaços e as complexas situações de vulnerabilidades. Assim, trazemos a discussão em torno do contexto educacional em uma escola pública no interior do estado do Tocantins no período pandêmico, a discussão dos dados obtidos e a análise com o referencial teórico. Portanto, a questão de pesquisa consistiu em fazer o seguinte questionamento: *Como estava se dando o acesso à escolarização para estudantes do Ensino Fundamental da zona rural de um município do interior do Tocantins no contexto da pandemia?*

O olhar para este universo revelou situações críticas de negligência institucional e humanitária, muitas vezes não explicitadas para a sociedade como

um todo. Não foi apenas o não acesso a meios digitais e culturais, mas tratou-se de um apagamento, de um esquecimento dessas pessoas no cenário educacional. Essa realidade não foi noticiada, de forma aprofundada, não se viu a exposição das necessidades porque nunca houve reivindicações dirigidas aos sistemas governamentais e burocráticos, porque são pessoas muito simples que desconhecem seus direitos. Por outro lado, os responsáveis por amenizar as mazelas sociais durante a pandemia, não realizaram nenhum tipo de interação com o contexto, nenhum levantamento dos dados da comunidade necessitada. O discurso político e mediático mascarou a real situação do ensino remoto ao longo de todo o processo e não tratou de situações explicitamente vulneráveis e excludentes. Em geral, o ensino remoto foi colocado como uma saída redentora. Mas, por trás disso, estudantes de baixa renda foram excluídos e invisibilizados.

### **Entrecruzando teorias para ampliar olhares e análises**

Para direcionar a pesquisa ligando-a ao cenário atual e cientificamente respaldada, contamos com vários autores, entre eles destaca-se Santos (2021) que questiona de forma consistente as situações de exclusão no cenário de pandemia da COVID-19 e consegue desenvolver importantes estudos analisando a situação nacional e mundial. Em suas análises, Santos (2021) apresenta a fragilidade dos seres humanos diante da pandemia e os riscos de vulnerabilidade que vivem os excluídos na sociedade perante os ideais da classe dominante, o que é bastante pertinente diante do tema elegido por nós. E, assim, tomamos outros referenciais para reflexões e fatos que se mostraram pertinentes e necessárias ao longo do estudo, tais como os estudos de Freire (1987, 2011, 2013), Apple (2003), Bakhtin (2006, 2011), Echalar (2015), Patto (2015), Santos (2020, 2021), entre outros que foram utilizados para embasar a nossa discussão sobre acesso à escola e sobre acesso à escola no cenário atual de pandemia.

A análise de Santos (2021) diante do que a pandemia está revelando para todos nós, é imprescindível para que os povos e os seus governantes passem a repensar suas escolhas, no gerenciamento das decisões importantes de cada nação. Assim, é preciso repensar o que consideram mais importantes para cada país, e

desse modo, passarem a valorizar os investimentos com a ciência, com a saúde e com os mais necessitados, de modo que possam preservar seus recursos e potencialidades econômicas e humanas. Para Freire (2011), dirigentes fazem a importação de problemas e soluções estrangeiras sem conhecer a realidade, bem como as condições e características que motivam esses problemas, por isso, a importância das pesquisas feitas com responsabilidade social e cuidado científico. Há ainda os casos em que os dirigentes sabem, pelo menos, quais são os problemas mais gritantes de suas nações, mas optam por ignorá-los. Com isso, as soluções importadas não resolvem a exclusão e a desigualdade existentes, mas, passam a falsa imagem de que algo está sendo feito.

A educação configura-se, como uma alternativa para promover o desenvolvimento do gênero humano, no desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades, contudo, dependendo dos interesses de quem a conduz poderá apenas servir como mecanismo de controle e alienação da classe trabalhadora. Para Freire (1980) a educação representa ainda uma prática pedagógica transformadora. De forma crítica e esperançosa o autor aponta às injustiças a que são submetidas às populações marginalizadas e excluídas do mundo. Assim, o autor instiga que a humanidade poderá sobreviver aos mecanismos de controle e alienação, em que se acostumou chamar de neoliberalismo, com formas mais avançadas de organização social que superem os interesses corporativos. Além disso, é necessário um movimento de transformação profunda nos espaços da reprodução social, que repense a hierarquia de organização do poder político, os interesses sociais e ambientais da humanidade. As reflexões de Freire se mostraram integralmente atuais no momento de pandemia, como se fosse uma previsão, mais do que coincidências, nos atesta o potencial de seus estudos demonstrando o profundo conhecimento que o autor acumulou sobre a situação de seu povo, do país e do mundo ao longo de sua vida.

Desse modo, Freire (1987) trata da necessidade da presença dos sujeitos no contexto histórico fazendo parte das decisões, da palavra, de mudanças populares e da participação nos âmbitos sociais, políticos, culturais e educacionais no Brasil e no mundo. Para que a educação não se reduza ao ato de transferir valores e

conhecimentos sem superar a manutenção das contradições. É preciso que, os cidadãos sejam capazes de ir à luta por direitos, por uma escola não excludente, mas emancipatória, uma escola comprometida com a formação integral e que possibilite a classe trabalhadora compreender, desvelar e desocultar as contradições existentes de forma consciente e não se deixar convencer por qualquer discurso.

Para Freire (1987) a conscientização deve estar presente na educação, visto que conscientizar é um processo dialógico e faz os sujeitos críticos. Para o autor, na interação dialógica, a conscientização não é acabada. É um processo diário, um movimento constante que deve estar sempre relacionado à realidade. Assim, para que haja a transformação, implica ao educador libertador optar por um ensino dialógico, somado a uma metodologia e conteúdo que desenvolvam a capacidade crítica dos educandos que interagem com o seu contexto e seu mundo.

Nessa relação, Freire (1987) demonstra que a educação precisa ser repensada e planejada da mesma forma que a sociedade. Conforme o autor, quando a história da sociedade e da educação não é construída dialeticamente, de forma consciente, a ideologia das classes dominantes predomina nessa conjuntura de contradições. Trazendo formas de organização social e de racionalidade que “destroem a nossa capacidade de usá-la adequadamente” (FREIRE, 2013, p. 22). Na concepção de Freire (1987) a educação contribui para que os seres humanos se tornem reflexivos e conscientes, para que possam viver e pensar o mundo, assim, as experiências podem ser organizadas ampliando as possibilidades de aprendizagem contínua.

Se o método freiriano tivesse sendo aplicado, mesmo na pandemia, os alunos teriam mais possibilidades de continuar aprendendo, porque teriam desenvolvido sua autonomia em relação à própria aprendizagem. No entanto, a partir do momento em que os alunos são privados do acesso ao ensino, todas as possibilidades de desenvolvimento intelectual e humano por meio da educação, são reduzidas.

Outro suporte teórico importante foi o método sociológico proposto por Bakhtin (2006), por sua vez, entende que o sujeito se constitui no diálogo com as diferentes vozes sociais que o tornam um sujeito histórico e dialógico. Assim, propor uma investigação considerando as vozes dos sujeitos, como se posicionam frente a

essa problemática, mostrou-se uma alternativa para ampliar nossa visão sobre os desafios desse momento no enfrentamento das dificuldades educacionais na pandemia. Considerando que todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem, a concepção de linguagem que subsidia esse trabalho leva em conta sua historicidade e a linguagem em uso. Conforme Bakhtin (2006, p. 128), a língua “evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato”, os sujeitos interagem e participam do dinamismo dialógico ao qual estão inseridos e constroem seus discursos por meio das constantes relações de troca que realizam.

As falas dos participantes da pesquisa foram desvelando a situação de exclusão digital desse segmento durante a pandemia. A situação de vulnerabilidade que a região pesquisada vive é anterior à pandemia, desde o surgimento da comunidade os seus moradores têm sofrido uma série de negligências governamentais que se estenderam por várias gerações. É por essa razão, que os pais não possuem escolaridade e muito menos recursos econômicos para ofertar internet e ferramentas digitais aos filhos. A existência de sujeitos isolados em regiões rurais do país nunca foi pauta de interesse de seus representantes que continuarem ignorando suas necessidades, mesmo no auge da pandemia. Verificamos que os estudos de Echalar (2015), já apontava a forma como o processo educativo tem sido constituído como um instrumento estratégico para o desenvolvimento econômico e os interesses do mercado que atua sobre a vida das pessoas na sociedade. Conforme a autora aponta, são mecanismos que produzem e reproduzem a competição no campo da educação e nos processos educacionais. Diante desse contexto, grande parte da população não possui letramento digital, em consequência da educação precária, desigualdade econômica e atraso tecnológico.

Sentimos o agravamento dos frutos desse descaso na pandemia, quando o acesso foi reduzido a seguir padrões mundiais sem considerar o contexto delicado e uma série de desvantagens enfrentadas tanto pelos alunos, como pelos pais/responsáveis e pelos seus professores. Ainda segundo Echalar, (2015), durante muito tempo as diferentes gestões governamentais tentam inserir as tecnologias educacionais, desenvolvendo políticas públicas, mas o foco nunca esteve na

qualidade dessa inserção tecnológica, e sim, na quantidade que ela pudesse alcançar. Contudo, durante a pandemia, não houve nem mesmo a ampliação precária dos recursos tecnológicos, houve um verdadeiro escuridão do processo educativo em regiões como a que pesquisamos.

Dessa forma, os autores revelam a necessidade de pensar a exclusão dos mais vulneráveis, especialmente daqueles que vivem nos rincões do país e são mais atingidos (as) pela exclusão escolar e digital. A fim de compreender a alta relação entre a pobreza e a exclusão escolar, bem como, os ditames no interior da sociedade capitalista que se realiza de forma articulada e padronizada para manter as desigualdades. Com isso, torna-se indispensável superar a exclusão e a falta de acesso a escolarização dos mais pobres, exigindo novos questionamentos e reflexões para compreender a realidade.

### **Parâmetros metodológicos do estudo**

No intuito de atingir os objetivos da pesquisa, assumimos uma metodologia de natureza qualitativa, de caráter dialógico, que por meio de instrumentos diversos (diários de campo e entrevistas) procurou trazer à tona a percepção dos sujeitos envolvidos no contexto investigado, construindo com eles e elas algumas interpretações da realidade vivida e refletida. Buscamos identificar quem são esses estudantes e como estavam vivendo fora da escola, se estavam de fato tendo acesso a algum tipo de escolarização, ainda que à distância. Interessamo-nos em saber como viviam na pandemia e como participavam do processo de possibilidade ou impossibilidade de se escolarizarem.

Para Lüdke e André (1986, p.18), o estudo qualitativo “é o que se desenvolve uma situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”, essa abordagem nos proporcionou maior flexibilidade naquilo que concerniu ao estabelecimento de diálogo entre diferentes teorias.

A pesquisa ocorreu durante a pandemia, portanto, as aulas presenciais estavam suspensas e as escolas estavam fechadas para atendimento ao público. Dessa forma, a única maneira possível, naquele momento, para entrevistar os

participantes da pesquisa (professoras, pais/responsáveis e os alunos) foi o deslocamento até as suas residências, respeitando o mínimo de 2m de distância do entrevistado e utilizando máscara. A situação sanitária do momento da coleta de dados exigia isolamento social e muitos participantes não possuíam meios tecnológicos para a comunicação para fornecer a informações necessárias para a compreensão da situação vivida por eles. Neste estudo, buscamos compreender essa situação por meio das vozes dos próprios participantes, pois acreditamos que “os participantes reais da comunicação discursiva não são passivos, pois o processo comunicativo é complexo, ativo e dialógico” (SILVA, 2020, p. 32).

Em consonância com o CEP (Comitê de Ética em Pesquisa), preservamos a identidade da localidade e dos participantes da pesquisa. Nos excertos das falas apresentadas são preservadas as identidades dos falantes e para fazer referência a eles utilizamos pseudônimos. Dessa forma, optamos por fazer referência às educadoras como (P1, P2, P3), aos alunos como (A1, A2, A3, A4, A5) e aos pais/responsáveis (R1, R2, R3, R4, R5). Contamos com a participação voluntária de cinco (5) alunos do ensino fundamental I e um responsável por esse aluno (pai, mãe ou outro familiar responsável), cinco (5) pais/responsáveis, assim como três (3) docentes do mesmo nível de ensino do município, selecionados aleatoriamente. Buscamos as vozes dos alunos, pais/responsáveis e professores que vivenciaram as dificuldades de acesso à educação durante a pandemia, para compreender essa realidade, assim, nos aproximamos de um dos lugares com mais difícil acesso ao ensino no momento, que é a zona rural do estado do Tocantins.

As entrevistas dos participantes desta pesquisa foram transformadas nesta análise e complementadas com a descrição do contexto, na tentativa de traçar o perfil dos sujeitos responsáveis pelos alunos, o ambiente e o momento em que eles falam. As observações não são genéricas, elas representam o tempo e o lugar em que foram coletadas, que ocorreu em 2021 no transcorrer da pandemia e da adaptação das aulas presenciais para o formato remoto.

## **Marcas dos impactos da pandemia**

A medida em que a pandemia avançou, muitas instituições começaram a mensurar as consequências advindas de seus impactos. O relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) de 2020 da UNESCO (2020) “identifica um aumento da exclusão durante a pandemia e estima que cerca de 40% dos países de renda baixa e média-baixa não apoiaram os estudantes desfavorecidos durante o fechamento temporário das escolas” (UNESCO, 2020). Conforme o relatório as crianças das camadas populares são excluídas e consequentemente, baixou a qualidade da aprendizagem durante a pandemia.

O Ministério da Educação, junto do Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer CNE//CP nº 9/2020, publicado no D.O.U. de 1º/6/2020, seção 1, p. 32, informaram:

a OMS declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária da COVID-19 em todos os Continentes a caracteriza como pandemia. Para contê-la, a OMS recomenda três ações básicas: isolamento e tratamento dos casos identificados, testes massivos e distanciamento social. O Ministério da Saúde editou a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 4 de fevereiro de 2020, declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Corona vírus (COVID-19) (BRASIL, 2020, p. 01).

As providências emergenciais que precisaram ser tomadas para o enfrentamento da doença incluíram medidas de distanciamento social em uma escala pouco imaginada até mesmo em cenários científicos. Por isso, uma das medidas adotadas, a qual trataremos aqui, foi o fechamento das escolas. No primeiro momento, acreditava-se que esse fechamento seria rápido, mas, com o aumento da contaminação, foi preciso a manutenção do isolamento social e a busca de alternativas para que não afetasse ainda mais o rendimento escolar.

No que diz respeito à educação das classes populares, muitos problemas e dificuldades vieram à tona quando os brasileiros foram compelidos a aderirem a um novo formato de ensino, que deu lugar às aulas presenciais convencionais, as chamadas aulas remotas. A sala de aula na escola foi substituída por um cômodo da casa dos estudantes, isso quando a família possui dispositivo eletrônico e sinal de internet em casa. A alternativa adotada por algumas regiões de grande número de

estudantes sem acesso à internet, foi a entrega de material impresso, o que trouxe outros impedimentos, como a questão da entrega e coleta do material, e, principalmente, a falta de auxílio ao estudante para a realização das atividades. Para o professor, a rotina também foi radicalmente alterada. Se antes, o professor ia à escola para lecionar, com a pandemia o educador passou a desenvolver sua aula da sua própria casa, por meio de vídeo aulas gravadas ou web conferências em tempo real e a atender aos alunos por meio de aplicativos de conversas. Mas, os organismos responsáveis não deram a atenção necessária ao fato de que grande parte da população vulnerável não tem acesso a artefatos tecnológicos, nem ao sinal de rede.

Verificamos a dificuldade ou quase inexistente utilização da internet na região rural investigada. Assim, temos uma dimensão clara, da dura realidade enfrentada pelos alunos do ensino fundamental participantes deste estudo e do seu distanciamento do acesso à educação em um momento em que o país e o mundo operavam por meio do ensino remoto. O trabalho remoto ocorreu de uma forma improvisada e emergencial, portanto, sem o tempo e as condições necessárias para uma adaptação e adequação e por isso, causou muita desigualdade e exclusão digital. Nenhum dos recursos tecnológicos foram adaptados ou cedidos para atender às necessidades dos professores, da equipe pedagógica ou dos alunos.

No Ensino Fundamental no contexto atual brasileiro o problema não é só a falta de acesso à escolarização remota. Em pouco tempo muitas dificuldades vão surgindo, professores e alunos que não têm acesso às tecnologias, à internet para o acompanhamento das aulas, custos financeiros que passam a ser exclusivamente de alunos e professores, tais como custo de energia, internet, aquisição de aparelhos celulares e computadores, intensificação do trabalho pedagógico, padronização do ensino e perda de autonomia dos professores. Conforme Suanno 52 et al, (2020, p. 81) “quando intermediada por aparelhos eletrônicos e dependente de sinal de internet, torna-se improvável e, muitas vezes, impossível para certa parcela da população”.

No cenário da pandemia confirmamos o que Santos (2021) constatou, famílias das camadas populares que não supriram suas necessidades mais básicas e se encontravam vulneráveis no contexto pandêmico enfrentando a fome, o

desemprego, a degradação pela falta de políticas sociais e serviços públicos. Acerca dessas condições, Santos (2021) destaca, [...] as exclusões traduzem-se em maior vulnerabilidade à pandemia por uma série de razões: vulnerabilidade preexistente de saúde e de habitar; menor capacidade para seguir as regras da OMS, nomeadamente no que se refere ao confinamento, ao distanciamento físico e a higiene; deficiente ou nulo acesso aos sistemas saúde que poderiam salvar vidas ou minorar o sofrimento (SANTOS, 2021, p. 104).

De acordo com Santos (2021) as populações vítimas da desigualdade estavam cada vez mais vulneráveis. Sem condições para seguirem as indicações da OMS e para trabalhar em casa em confinamento. Segundo o autor, assim como na pandemia, se torna provável que “haverá mais pandemias no futuro” (SANTOS, 2021, p. 80), ocasionando complicações ainda mais graves, pelo efeito das “políticas neoliberais que continuarão a minar a capacidade do estado para responder” (SANTOS, 2021, p. 80), as populações indefesas. Diante desse contexto, Santos (2021) ressalta tal ciclo só poderá ser interrompido “se se interromper o capitalismo enquanto lógica universal da gestão das economias e sociedade” (SANTOS, 2021, p. 81).

Nesse sentido, Santos (2021) revela que enquanto as ideias hegemônicas justificarem a produção da desigualdade estrutural na sociedade, a escola, assim como os alunos de famílias das camadas desfavorecidas serão responsabilizadas pelas desigualdades vivenciadas no cotidiano e suas consequências. Como presenciamos no município pesquisado em que os moradores de assentamentos foram considerados responsáveis pela solução dos problemas que enfrentavam.

### **Diálogo com os participantes: uma perspectiva epistemológica da realidade em crise**

Os objetivos da pesquisa conduziram ao surgimento de hipóteses que foram constatadas empiricamente e produziram possibilidades de respostas. Contrapor a relação emergente sujeitos/pandemia, estudantes/ensino remoto significa considerar questões que perpassam a sociedade, a política, a educação e a economia, pois envolvem essas esferas e provocam muitos desafios e obstáculos.

No município pesquisado a pandemia exigiu dos gestores públicos a adoção de medidas para controlar a sua disseminação. Vários critérios impactaram as instituições do local, entre elas as instituições da educação com o fechamento das escolas públicas em 2020, como ocorreu em outras regiões do país e no mundo, em que foi preciso o fechamento das instituições, para adotar o distanciamento social. Assim, a cidade tentou aderir às medidas protetivas de contenção publicadas no dia 17 de março de 2020, a partir da Portaria n.º 343/20 do Ministério da Educação (MEC). A Portaria n.º 343 do Ministério da Educação (MEC) apresenta a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação de pandemia do coronavírus (sars-cov-2) causador da doença COVID-19. Dessa forma, o governador do estado do Tocantins motivado pela portaria n.º 343/20 adere à situação de emergência na saúde pública e estabelece o decreto nº 6.071, de 18 de março de 2020 em que declara Situação de Emergência no Tocantins em razão da pandemia (novo Coronavírus), e adota outras providências.

Toda a atenção necessária para combater os problemas e perigos causados pela pandemia reduziu-se a: “Todos deverão manter os cuidados mínimos necessários, de combate e prevenção da proliferação da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), conforme protocolos de segurança da atualidade” (SMECJEL, 2021, p. 1-2, grifos nossos), no entanto, os gestores, não forneceram os meios necessários para que os protocolos de segurança fossem respeitados. Trata-se de uma orientação genérica, desconsiderando-se todas as particularidades e limitações locais, todas as características regionais e geoespaciais que dificultam o combate à pandemia no local, principalmente o fato de que na cidade não existe hospitais equipados, não há nenhum respirador, nenhum aparelho de raio-x, nenhum médico plantonista ou médico pediatra. Tais constatações podem ser atestadas em vídeos na internet, produzidos pelos moradores da cidade, em que são feitas denúncias sobre a precariedade da saúde na cidade e a falta de estrutura física e recursos humanos qualificados.

Quando as autoridades educacionais anunciaram o retorno as aulas no formato remoto, não consideraram a realização de nenhum tipo de adequação a essa nova realidade, como ressaltaram as docentes P1 e P3:

Na cidade a internet já é ruim. É difícil. E a gente sabe que a secretaria de educação não investigou a situação da conexão na escola, na cidade, na zona rural. Ela simplesmente enviou um ofício à escola sem verificar se os professores, se os pais e se os alunos tinham celular, computador e internet para acompanharmos os alunos (P1, 2021).

As mudanças do novo cenário geraram grandes angústias na classe docente, que tem sido responsável por carregar o peso de garantir acesso à escolarização no campo e na cidade. Por outro lado, esse projeto para a educação atual na pandemia reduz os investimentos, um projeto neoliberal que se coloca como única opção, enquanto a qualidade da educação no campo político social não é oferecida. Conseqüentemente, os indivíduos das classes desfavorecidas passam a ser submissas à ordem política neoliberal e historicamente determinada, uma educação excludente que não visa à emancipação e à liberdade.

Além dos esforços dos professores com as novas demandas e os novos gastos, há também um desgaste emocional bastante intenso, não apenas com o enfrentamento da COVID-19, como também pelas novas cobranças institucionais que obrigam aos professores a viverem para o trabalho. Contudo, essa situação pode trazer conseqüências muito negativas para o desempenho dos profissionais, pois

quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho – como muitas vezes ocorre no mundo capitalista e em sua sociedade do trabalho abstrato, ela se converte em um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado. É aqui que emerge uma constatação central: se por um lado necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador e transformador, por outro devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social, tal como o conhecemos sob a vigência e o comando do trabalho abstrato (ANTUNES, 2020, p. 28).

Os apontamentos do autor nos fazem repensar o papel do professor durante a pandemia, em que já existia uma pressão emocional por conta da COVID-19, e os profissionais da educação eram solicitados a trabalhar em condições precárias, com alunos com pouco ou nenhum acesso à tecnologia ou à internet e pais com poucas ou inexistentes condições de auxiliar os filhos. É uma situação que precisava ser encarada de modo que novas e urgentes soluções pudessem ser apresentadas pelos gestores para que essa gama de profissionais da educação não adoecesse e para que

não se inviabilizasse ainda mais o acesso de alunos ao ensino e à aprendizagem, mas nada ocorreu.

O cenário imposto pela pandemia influenciou e também agravou questões ligadas a rotina dos alunos. A vida escolar se resumiu as tarefas impressas e livros didáticos que os alunos recebiam em suas residências, situadas em assentamentos na zona rural, por meio da entrega periódica realizada pelo ônibus escolar. Além da falta de contato com a professora para tirar dúvidas e entender as tarefas, A1 revelou que o tempo para tentar fazer as lições escolares era reduzido porque ela precisava realizar atividades domésticas em sua casa: “Lavo vasilha, varro casa e... organizo algumas coisas” (A1, 2021). A1 assume responsabilidades do trabalho doméstico entre outras atividades dos mais velhos.

Nesse processo, verificamos indícios de que a formação das novas gerações é incentivada a realizar trabalhos domésticos, na agricultura, na pecuária ou na pesca. Quando se trata das meninas, a tendência é que cuide das tarefas domésticas e dos irmãos mais novos, já aos meninos, são destinadas tarefas voltadas para o cuidado com os animais domésticos, tarefas que dão conta de fazer na agricultura, na pecuária e na pesca. Todas essas ações modificaram a rotina dos estudantes e tiraram deles o pouco tempo que tinha para se dedicar aos estudos, que era o tempo dentro da escola. Esse tempo, passou a ser usado para outras finalidades que não eram ligadas a aprendizagem de conteúdos escolares.

Além disso, foi identificado que a relação de distanciamento social representou não apenas perda significativa da aprendizagem e do desenvolvimento de conteúdos, também significou principalmente a falta dolorosa de relações afetivas entre professores e estudantes e a falta dos colegas durante o tempo que era destinado a eventos e atividades escolares. Como podemos verificar no relato de A1 ao ser questionada:

E porque você acha ruim não poder ir na escola? Eu fico com saudade de ficar com o meu professor. Dos meninos meus amigos. É ruim ficar sem os professores. Eu acho ruim. Tem um monte de vezes que eu não dou conta (A1, 2021).

Em virtude da necessidade do isolamento social, muitas crianças foram afetadas emocionalmente e psicologicamente pela falta de interação com professores e colegas, isso também impactou no agravamento das deficiências do processo educativo.

O ensino retroagiu para modelos mais estruturalistas e se distanciou das abordagens interacionistas. Os estudantes passaram a se dedicar as tarefas domésticas e a acompanhar os pais nas funções do trabalho rural e o ensino foi deixado de lado.

Quando nos voltamos para visão dos responsáveis sobre a situação vivenciada na pandemia, identificamos situações de vulnerabilidade, como podemos constatar no relato de R3 ao expôs sua situação frágil e difícil ao não ter encontrado alternativas para o neto estudar remotamente e informou-nos que ele constantemente pedia a instalação de internet no assentamento. Conforme R3:

[...] esse daqui (referindo-se a A2) sempre pede vó coloca internet que é para nós estudarmos por que os meus estudos agora vão depender da internet. É... Aí eu digo: a meu filho não tenho condições de colocar agora, deixa vermos se as coisas melhoram mais" (R3, 2021).

Assim, enquanto R3 aguardava que a situação econômica mudasse, os netos, entre eles A3 estavam sem acompanhar as aulas remotas ou sequer, tirar alguma dúvida com os professores.

Nos assentamentos visitados nos deparamos com a fragilidade e limitações que as famílias vivem no dia a dia. Dificuldades que atingem tanto as professoras, como os pais/responsáveis e os alunos que não tinham acesso a dispositivos tecnológicos essenciais para poder participar do ensino remoto nem infraestrutura e apoio para desenvolver os estudos em casa.

O quadro é agravado quando verificamos que os pais ou responsáveis por eles, não possuem escolaridade suficiente para auxiliá-los em suas eventuais atividades, isso quando havia a possibilidade de a tarefa ser entregue na casa do aluno pela escola. Essa situação ficou caracterizada em uma fala de uma mãe pesquisada: "Não. Eles estudam assim: A gente os ensinando às vezes. Quando eles

me fazem uma pergunta, porque eu não sei lê, quando eles entendem, aí eles vão e me perguntam. Se eu souber alguma coisa eu explico para eles (R5)”, a fala dessa mãe é muito relevante e denuncia a que ponto a ausência de políticas públicas no nosso país suprimem os direitos sociais e deixa as famílias carentes entregues à própria sorte, isto é, entregues a dureza de uma vida profundamente negligenciada e cheia de necessidades básicas que passa de geração para geração.

Ao se referir à situação concreta dos sujeitos desfavorecidos, em sua obra, Freire (2013) destacava a necessária desmistificação da realidade opressora em que a população vivia imobilizada e desprotegida. Para Freire (2013, p. 37, grifos do autor), “somos seres no mundo, com o mundo, e com os outros, por isso seres da transformação e não da adaptação a ele”. Assim para o autor, não podemos renunciar o exercício de nossa capacidade e de nossos direitos, bem como “a compreensão da História como possibilidade e não como determinismo” (FREIRE, 2013, p. 37, grifos do original).

Segundo Freire (2013), na realidade do dia a dia, a afirmação de que as coisas são assim porque não podem ser de outra forma é odientamente fatalista. De um fatalismo que decreta pertencer à felicidade apenas aos e às que tem poder. Os pobres, os deserdados, estes estão fadados a “morrer de frio”, não importa se no sul ou no norte do mundo (FREIRE, 2013, p. 37). Freire (2013) era consciente das desigualdades sociais e econômicas do Brasil e do mundo, neste sentido, enfatizava a importância da participação do homem na luta pela sua humanização. Destacava a importância da compreensão e da consciência da realidade por parte dos educadores e do povo, para terem condições de analisar a situação existencial concreta de forma crítica. Nesse processo, é preciso partir de uma análise dialógica discutindo e manifestando com os oprimidos diferentes visões de mundo. Assim, com consciência de classe, será possível almejar a transformação das desigualdades sociais e buscar a transformação de realidades.

É importante considerar que a ausência de informação e criticidade priva os sujeitos de entender que não eram culpados pela realidade vivida, como pudemos verificar no local como ninguém tinha consciência da realidade que viviam. Os sujeitos não sabiam reivindicar meios para sair da situação de exclusão, ou subsídios

para ter acesso ao ensino mesmo em situação de pandemia. Com isso, a falta de ações que garantissem o acesso à educação por meio digital não eram contestados. As pessoas se mantêm controladas de acordo como os acontecimentos são apresentados.

### **Últimas considerações**

A pandemia da COVID-19 que continuava em curso na sua capacidade de destruição foi o maior desafio desta pesquisa, pois, em contexto pandêmico, as desigualdades socioeconômicas, já existentes, foram explicitadas e agravadas. Diante disso, buscamos destacar os fatos concretos que possibilitassem a compreensão do aprofundamento das desigualdades na vida escolar dos mais vulneráveis no interior de uma cidade do Norte. A análise situacional do município pesquisado, partiu da verificação do contexto e das falas das professoras, dos alunos e dos pais/responsáveis e possibilitou verificar parte do impacto da pandemia na vida escolar, sobre o acesso ao ensino e as mudanças nas diferentes áreas de atuação da escola. Nesse contexto, constatamos que as necessidades da escola, dos alunos e dos professores mudaram em detrimento da pandemia durante os anos de 2020 e 2021.

Nesse cenário, identificamos que o contato por meio do acesso à internet se deu apenas com os responsáveis que possuíam suporte tecnológico, que eram bem poucos, e, com aqueles que iam presencialmente à escola para buscar tarefas presencialmente. Por meio desta pesquisa, constatamos também a ausência ou reduzido acesso à internet, computadores, livros, dentre outros necessários no ensino fundamental. Identificamos que o ensino que foi oferecido para aquela comunidade foi improvisado, muitas vezes inadequado porque não considerava a realidade dos sujeitos e a precariedade de suas condições concretas para o ensino remoto emergencial. A falta de mapeamento e identificação das principais barreiras ao ensino culminou na falta de ações para resolver os problemas de acesso remoto desses indivíduos.

Verificamos que os pais/responsáveis dos alunos tinham poucas ou inexistentes condições de auxiliar os filhos porque tinham baixa escolaridade e

inexistia a utilização da internet na região investigada, ou seja, escola urbana com estudantes residentes em assentamentos na zona rural. As crianças da zona rural não tiveram nenhum tipo de programa de ensino à distância e ficaram excluídos com a ausência de apoio adicional. Com isso, muitas crianças não realizavam as atividades escolares porque elas não compreendiam e não conseguiam realizar sozinhas, a falta de auxílio se dava em detrimento dos pais/responsáveis terem pouca ou nenhuma escolaridade. Portanto, o período da pandemia evidenciou-se como sendo, um período de apagão no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos pesquisados.

Verificamos que muitos alunos não podiam contar com os familiares ou responsáveis para auxiliá-los nos estudos porque estes não possuíam escolaridade ou letramento suficiente para acompanhar e explicar as tarefas. Essa constatação se justifica por meio de dados do IBGE (2010) acerca do nível de instrução dos habitantes do município pesquisado. Detectamos que aproximadamente (68%) das 7.320 pessoas de 10 anos ou mais, o que equivale a um total de 4.966 são declaradas sem instrução ou com o fundamental incompleto. O restante da população, 2.354 pessoas de 10 anos ou mais, está distribuída da seguinte forma: (13,41%) possuem fundamental completo e ensino médio incompleto, (15,79%) possuem médio completo e superior incompleto e apenas (2,84%) pessoas possuem o superior completo.

A baixa escolarização dos habitantes do município, verificada por meio dos dados do IBGE (2010) dificulta ainda mais o acesso dos estudantes à educação, pois os pais/responsáveis pelos alunos encontram dificuldades em auxiliar os estudos dos filhos em casa, pela falta de letramento textual e digital. O recenseamento, que ocorreria em 2020 também sofreu o reflexo negativo da pandemia da COVID-19, e do descaso do governo federal atual, (2018-2022), por essa razão, o IBGE ainda não divulgou os dados mais atualizados. Por isso, tomamos como base o último recenseamento ocorrido em 2010 que constatou que a população total do município era de 9.476 pessoas.

Não identificamos sujeitos críticos na cidade que questionassem a péssima qualidade da internet, a falta de iniciativa do gestor da cidade que não buscava

alternativas para amenizar a dura vida que as famílias levavam, embora o município tenha recebido verbas<sup>1</sup> específicas para o enfrentamento da COVID-19. Os moradores no campo só tinham algo para se alimentarem quando conseguiam pescar, quando a pesca era precária, passavam necessidades extremas, ficavam dependentes apenas de doações de cesta básica de vizinhos.

Esses camponeses que não possuíam renda para ir ao mercado, para consumirem alguma verdura ou hortaliça precisavam plantar as próprias verduras, a abobora, a macaxeira, o feijão, a cebolinha, a pimenta de cheiro, entre outros alimentos. Uma realidade também presente na cidade, e agravada com a pandemia, em que as famílias cozinhavam no carvão, na lenha porque o gás passou a custar um valor além de seus recursos. Eles não contratavam plano de internet porque a prioridade era o alimento, e para isso, tinham que produzir, plantar ou pescar porque não possuíam recursos para comprar carne no açougue local, tampouco contratar serviços de internet para o filho acompanhar as aulas remotas.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) enviou um plano de ação para a escola, que se restringia a orientações genéricas e superficiais, que cobravam a efetivação do trabalho remoto, com recursos tecnológicos, mas não forneceu meios e estrutura aos professores, aos alunos ou aos pais/responsáveis. As cobranças ocorreram, mesmo os órgãos responsáveis cientes de que, professores e estudantes não tinham as condições materiais e humanas para seguirem a proposta de ensino virtual. Assim, o trabalho remoto foi implementado de forma improvisada através de grupos de WhatsApp que não alcançou a maioria dos alunos, nem teve o rendimento mínimo necessário para a prática docente efetiva. Nesse cenário, dominado pelo capitalismo neoliberal globalizado, observamos de perto como a estrutura social dominante discrimina e abandona os vulneráveis a dor silenciada, as condições precárias das populações invisibilizadas.

---

<sup>1</sup> Os dados do Programa Federativo de enfrentamento ao Coronavírus podem ser verificados na página do Senado Federal, o município aqui pesquisado recebeu só no início de 2020, o valor de R\$ 1.579.726,03, mas não encontramos nenhum tipo de prestação de contas acerca da aplicação desse valor em benefício da cidade. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/04/veja-quantocada-estado-e-municipio-recebera-no-programa-federativo-de-enfrentamento-ao-coronavirus>. Acesso: 02 ago 2021.

Nesse processo, programam-se o neoliberalismo que surge com um novo ideário para uma organização social. Nessa nova configuração social, a forma de exploração e suas bases vão sendo constituídas, como já alertava Freire (2013, p. 122) “daí a necessidade que têm neoliberais de impregnar seus discursos do fatalismo para eles irrecusável, segundo o qual as coisas se dão assim porque não podem dar-se de outra maneira”, esse discurso mantém o povo passivo diante do aprofundamento das desigualdades na distribuição de renda e na falta de acesso à educação integral de qualidade.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOCHINOV, V. N.) (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. São Paulo: Hucitec, 2006.

ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo. **Formação docente para a inclusão digital via ambiente escolar: o Prouca em questão**. 2015. 148 f. Tese (Tese em Educação) – PUC, Goiânia/GO, 2015. Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/722>. Acesso: 12 jul 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **A sombra da mangueira**. 11. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (2010). **Resultados gerais da amostra**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1554#resultado>. Acesso: 16 set 2020.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

SILVA, Rosângela Costa da. **Dialogia e ambientes virtuais: empoderamento e cidadania nos processos de letramentos na UFG**. 2020. 199f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – UFG, Goiás, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11032/3/Tese%20-%20Ros%20c%20ngela%20Costa%20da%20Silva%20-%202020.pdf>. Acesso: 20 mar. 2021.

SILVA, Alexandra Costa. **Contexto educacional em uma escola pública no interior do estado do Tocantins: o período pandêmico em questão**. Dissertação de



mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2021. 224p.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; MARQUES, Marina Lima; TAVARES, Rejane Gomes; RODRIGUES, Brenda Paula da Silva. **Pandemia, educação e ensino remoto**: análise de notas públicas referentes à portaria n.º 343 do ministério da educação (Brasil). IN: SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; ROSA, Sandra Valéria Limonta; TEIXEIRA, Ricardo Antonio Gonçalves (orgs.). **Formação, profissionalização docente e trabalho educativo**. 1. ed. Goiás: MC&G Editorial; UFG, 2020. p. 69-94.

UNESCO. **Relatório da UNESCO mostra que pandemia aumentou a desigualdade educacional na América Latina e no Caribe**. 09 nov 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/99885-relatorio-da-unesco-mostra-que-pandemia-aumentou-desigualdade-educacional-na-america-latina-e>. Acesso: 10 dez 2020.